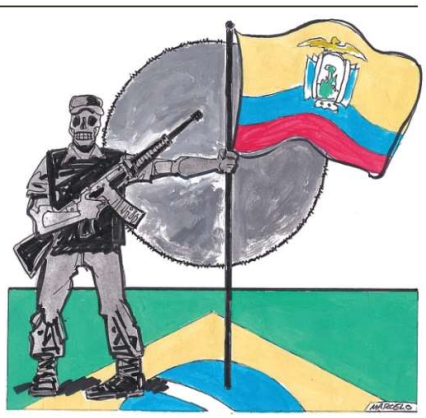
14:22 45%

_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliz Lyra (quinzenal) _ Inaiá Sertana (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Dória _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

CARLOS ANDREAZZA

blogs.oglobo.globo.com/carlos-andreazza/
ca.andreazza@gmail.com

Os equadores do Brasil



O bonde passou. Faz tempo. O do Brasil que pode se tornar um Equador; se não se prevenir. O do Brasil que se tornará, se não agir. Alô! Já é. Já era. Equadorizado está. (Ou brasileirado estará o Equador?) Anestesiados estamos? Observando o que ocorre lá como se possibilidade para cá. Ora. Em largas e crescentes porções de seu território, este país tem — e cultiva — equadores. Quantos há — havendo também no Norte e no Nordeste — apenas no Rio de Janeiro?

Exemplo. Outubro de 2023. A operação da Polícia Civil que matou miliciano na Zona Oeste, aquela guayaquil. O Estado que entra, age — e tem de sair. Que entra e depois corre; porque, desprovido de meios para permanecer, ousou pisar em área que tem dono. O Estado que admite, em sua ação, não poder ficar. Que reconhece não ser completamente Estado. Que reconhece um estado outro.

Ao sair: o caos. O convite — sai a Civil, ausente a Militar — para o caos; para a reafirmação de quem manda. Não há vácuo. A narcomilícia à vontade para tocar o terror, destruir ônibus, fechar a Avenida Brasil — interditar o direito de ir e vir. Toque de recolher. Equador. Aqui. Hoje. Não amanhã nem talvez.

Criminoso toma dinheiro de construtora para liberar obras públicas há mais de década. Pelo menos. (Refiro-me àqueles da ordem dos sem colarinho branco.) Não raro trabalhadores abandonam canteiros porque, ameaçados pelos senhores do lugar, não têm segurança. A manicure que não atende em casa sem pagar extorsão ao proprietário do pedaço; onde concessionária de serviço público não consegue consertar poste porque não autorizada. Há Estado. O paralelo. Não há direito.

O Brasil pode virar Equador? Lá o cidadão anda pelas ruas apressadamente e olhando para os lados...

A liberdade para o desenvolvimento das organizações criminosas produziu o traficante que vende gás e internet e o miliciano que comercia pó; propiciou intercâmbios, sociedades e guerras entre grupos; infiltrou representantes em parlamentos; estimulou expansões e desenvolvimentos para outras regiões do país; e fomentou a constituição de empresas multinacionais do negócio de armas e drogas.

Os cartéis do México estão neste equador aqui; também nos equadores de nossos terminais portuários. O Rio Solimões tem donos. Os cárceres de Alcaçuz, donos. A fronteira com o Paraguai, donos.

Ouve-se sobre o chefão criminoso equatoriano que comanda os negócios desde o presídio. Grava até clipe. Duvido que a rede de internet dele — o sinal de telefone — seja melhor que a do traficante-miliciano preso em Bangu. O preso ascende na hierarquia de comando do crime. O preso. Tem internet — até para deliberações, em videoconferência, sobre quem morrerá do lado de fora — e segurança. Manda. Trabalha à vontade e cresce. Vira ou se mantém líder. Desde a cadeia.

Se quiser sair, pode fazer como o Abelha. Que saiu do presídio, pela porta da frente, com alvará de soltura falso, não sem cumprimentar o então secretário de Administração Penitenciária de Cláudio Castro — o governador do Rio que tira férias no verão e fora do estado; e que volta no susto, para não se afogar. Chuvas e enchentes também de imposturas. Tudo previsível.

O Abelha tendo voado — não que não estivesse em colmeia confortável — sob a desculpa-padrão, a do erro de comunicação entre sistemas, de um estado cuja bagunça se expressa na coexistência amontoada-improvisada das secretarias de Segurança Pública, Polícia Militar e Polícia Civil.

Este equador não haveria sem que nas instituições vastas porções estivessem tomadas. Com juízes e desembargadores plantonistas disparando liminares para soltar criminosos graúdos. Com cassino, sociedade entre bicheiro e miliciano, funcionando invisível nas quebras do mar, enquanto a polícia faz operação fake para derrubar os de mentira cujas máquinas inoperantes teriam a sucata por destino — de real, somente o Estado que serve de transportadora de lixo para o crime.

O presidente do Equador disse — sem ter dúvida — o que aqui neste equador eleito nenhum teria coragem:

— Os juízes e promotores que estejam com os delinquentes também serão considerados parte do terrorismo.

Aqui, antes de tudo, viria a reação corporativista.

O assassinato dos médicos na beira da praia — porque um deles fora confundido com miliciano — expressa que o equador brasileiro já está, e não de repente, na orla da Barra da Tijuca; que aquele pedaço nobre também tem dono, se isso ainda não tivesse ficado evidente no caso da tortura e morte, num quiosque (que tem dono), de Moïse Kabagambe.

ARTIGO

A cidade sem pessoas

DIOGO MAC CORD

Os resultados parciais do último Censo impressionaram muita gente. A população brasileira é menor do que se acreditava: dos 208 milhões anteriormente projetados, somos, na verdade, 203 milhões. O ritmo de crescimento populacional, que chegou a 3,17% ao ano entre 1950 e 1960, baixou a 1,17% entre 2000 e 2010 e hoje está em 0,52% (2010-2022).

Se o resultado é impactante para o país, um olhar por município traz alertas adicionais. A cidade do Rio de Janeiro, que na década de 1970 crescia a 1,82% ao ano, encolheu nos últimos 12 anos a um ritmo anual de -0,14%.

É verdade que cada município terá sua realidade, mas há questões transversais. O Censo de 2022 aponta 124,1 milhões vivendo em concentrações urbanas — aumento de 9,2 milhões desde 2010. Porém as cidades de pequeno e médio porte apresentaram crescimento mais acelerado. Enquanto as com até 200 mil habitantes cresceram, nos últimos 12 anos, 6,64%, as com até 500 mil cresceram 13%, e as com mais de 500 mil avançaram apenas 3%.

Isso significa que as grandes cidades precisarão se reinventar — e o instrumento principal para isso é o Plano Diretor. Historicamente, esses planos trazem restrições à construção que, no papel, parecem boas — mas que, na prática, tornam-se um pesadelo na vida dos cidadãos. Recuos e afastamentos obrigam os edifícios a colocar grades e muros, que transformam as ruas em desertos, facilitando assaltos e afastando o comércio e os serviços. Cidades como Paris e Barcelona trazem belas fachadas ativas — lojas, cafés, restaurantes, mercadinhos — no térreo de suas construções, aproximando as pessoas do comércio e facilitando o dia a dia do cidadão. A vida se torna mais agradável — e, claro, pelo movimento das ruas, muito mais segura.

Uma volta em Manhattan, independentemente do horário e do dia da semana, comprova os benefícios à segurança de uma atividade econômica aquecida na alturadas calçadas. Além disso, o uso misto dos bairros, intercalando prédios residenciais e comerciais, aproxima os alunos das escolas e os trabalhadores dos empregos, reduzindo deslocamentos e a emissão de CO_2. A maior densidade torna todos esses benefícios acessíveis a mais gente. Afinal, o choque de oferta tem efeito sobre preços, baixando o custo das unidades e tornando o fornecimento de infraestrutura mais barato ao setor público. Com isso, viabilizam-se metrôs; parques; saneamento básico; segurança pública; saúde; entre muitos outros serviços que, hoje, precisam ser oferecidos de maneira dispersa e ineficiente.

Uso misto dos bairros, residencial e comercial, aproxima os alunos das escolas e os trabalhadores dos empregos

Fortalecer parcerias com o setor privado é outro movimento necessário. Aqui, falamos não apenas dos incorporadores, que — incentivados por Planos Diretores modernos — podem trazer valor à cidade. Como exemplo, o moderno edifício B32, na movimentada Faria Lima, em São Paulo, no lugar de uma grade que limita o acesso do espaço aos condôminos, deu de presente à cidade uma belíssima praça, com teatro, dois restaurantes, esculturas e exposições artísticas, aberta permanentemente, também à noite e aos fins de semana. Falamos também da parceria com operadores privados que podem se ocupar da revitalização e manutenção de espaços públicos selecionados, especialmente por meio de Parcerias Público-Privadas, para cuidar de equipamentos como calçadas, iluminação pública, parques ou segurança por monitoramento. Não faltam exemplos de sucesso no mundo — como os Business Improvement Districts de Washington D.C., onde o setor privado revitalizou áreas centrais havia décadas abandonadas.

Há muitas formas de salvarmos nossas cidades. Basta discutirmos as soluções com menos emoção e mais razão. Dados, informações e evidências precisam vencer a guerra contra pensamentos dos anos 1960 que transformaram nossas cidades num paliteiro de edifícios gradeados e minaram a atratividade histórica de viver nos grandes centros econômicos.

Diogo Mac Cord é sócio-líder de infraestrutura e mercados regulados da consultoria EY

ARTIGO

O plano oculto de Netanyahu

ZEVI GHIVELDER

Para entender os posicionamentos irredutíveis de Benjamin Netanyahu, é preciso situá-lo no contexto de sua doutrinação ideológica. Ele é adepto do sionismo revisionista, formulado em Odessa pelo ativista e pensador Zeev Jabotinsky (1880-1940) na primeira metade do século passado. O revisionismo foi adotado pelo Irgun, organização clandestina judaica que combateu com armas os ingleses durante o mandato britânico na antiga Palestina. Com a independência de Israel, o Irgun deu origem ao partido político Herut, que originou o Likud, atual partido de Netanyahu.

O movimento revisionista pregava a implementação de uma nação judaica em seu território ancestral, se necessário pela força, na então Palestina Otomana, incluindo desde a fronteira leste da atual Cisjordânia até o Mar Mediterrâneo.

O traçado da Partilha da ONU, de 1947 — conferindo a Israel um trecho somente do Rio Jordão até o oceano —, foi respeitado durante 20 anos, até o país ser atacado pela Jordânia na Guerra dos Seis Dias. A derrota da Jordânia determinou a ocupação da Cisjordânia. Dessa ocupação resultou a instalação pontual de assentamentos como postos avançados de defesa.

Quando Netanyahu assumiu o poder em 2009, decidiu pôr em prática a doutrina expansionista do revisionismo, incrementando a instalação frenética de assentamentos ocupados por judeus ortodoxos, condição que fortalecia suas coalizões com os partidos religiosos para formar maiorias parlamentares e gabinetes governamentais.

Ele formulou uma reforma por meio da qual o Parlamento passaria a ter o poder de revisar as resoluções da Suprema Corte

Netanyahu passou a chamar biblicamente a Cisjordânia palestina como Judeia e Samaria, alusão ao apogeu dos reinados de Davi e Salomão. Essa reivindicação territorial se baseou numa argumentação esdrúxula em termos do século XXI: eram terras concedidas por Deus ao povo judeu, portanto deveriam pertencer ao Estado de Israel.

Atrás dessa retórica, Netanyahu desenvolvia seu plano oculto de anexar a Cisjordânia, apesar da previsível oposição dos Estados Unidos e da comunidade internacional. Havia, porém, um obstáculo ainda maior: a Suprema Corte de Israel, que, por força de sua tradição e respeito à ordenação jurídica, decerto anularia qualquer medida referente à anexação.

Foi por isso que, ao retornar ao poder em novembro de 2022, Netanyahu formulou uma reforma judiciária por meio da qual o Knesset (Parlamento) passaria a ter o poder de revisar as resoluções da Suprema Corte. Quer dizer: uma decisão da Corte de anular qualquer anexação seria rejeitada pelo Parlamento. O plano oculto de Netanyahu assim obteria um grande triunfo.

Há dias, a Suprema Corte de Israel anulou a reforma judiciária no país. Ela seria o primeiro passo na marcha da insensatez de Netanyahu. O fim da guerra em Gaza determinará o fim de sua carreira política.

Zevi Ghivelder é jornalista